

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO LUSO-TROPICALISMO E OLHARES CRUZADOS ENTRE PORTUGUESES E AFRICANOS

Joaquim Pires Valentim

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Coimbra

O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Mais de meio século depois de ter sido proposta por Durkheim, a noção de representação colectiva encontrava-se quase fora de uso quando foi retomada por S. Moscovici em 1961, sob a forma de representação social¹. Ao fazê-lo, Moscovici, “moderniza” e reformula a noção de representação colectiva. Moderniza-a, aplicando-a às sociedades modernas, em especial, às formas de disseminação dos conhecimentos científicos e à sua apropriação pelo senso comum. Reformula-a, retirando-lhe o carácter homogéneo, estático e de coacção da sociedade sobre o indivíduo que, de uma maneira ou de outra, a noção manteve na obra de Durkheim.

A opção pelo “social” não é apenas um detalhe linguístico, mas uma opção conceptual através da qual Moscovici pretende tornar a noção de representação social um conceito chave (e até fundador)

¹ No seu trabalho inaugural de 1961 neste domínio, Moscovici centrava-se no estudo das transformações que ocorrem numa teoria científica quando, através de diferentes formas de comunicação, é disseminada na sociedade, apropriada e utilizada pelas “pessoas comuns”. Concretamente, tratava-se de estudar a recepção dos conceitos da psicanálise nalguns sectores da sociedade francesa, através de questionários, entrevistas e análise de conteúdo da imprensa. Doravante, utilizarei como referência desta obra a segunda edição de 1976.

de um programa teórico mais vasto que pretende igualmente dar conta de como se constrói a realidade social (cf., por ex., Moscovici, 1988). Por um lado, essa opção traduz a recusa do dualismo individual/colectivo que se encontra na oposição de Durkheim entre os dois tipos de representação. Por outro lado, procura sublinhar quer as características diversas, plurais e não necessariamente homogêneas e monolíticas, de que se podem revestir as representações sociais, quer o seu papel na produção e não apenas na reprodução da sociedade.

Nessa acepção, as representações sociais referem-se a conhecimentos ou teorias do senso comum que dizem respeito a conceitos abstractos que circulam na sociedade como, entre muitos outros exemplos possíveis, a doença mental, a inteligência, a SIDA, os direitos humanos, a Europa ou a violência².

Estas formas de conhecimento, que são as representações sociais, têm como características fundamentais serem colectivas e mescladas (Moscovici, 1986: 53).

São *colectivas* no sentido em que são elaboradas em *thinking societies* (cf., por ex., Moscovici, 2001: 12) disseminando-se em meios de comunicação social, em múltiplos espaços de formação, em salas de espera de consultórios médicos, em conversas familiares, de café, em reuniões profissionais, através de movimentos associativos, na internet, em blogues, etc. “Elles sont partagées par un grand nombre de personnes, transmises d’une génération à la suivante, et imposées à chacun de nous sans notre assentiment conscient” (Moscovici, 1986: 53).

São *mescladas* no sentido em que apresentam uma mistura de imagens, percepções e conceitos, nem sempre coerentes entre si e fre-

2 Trata-se apenas de ilustrar alguns desses “conceitos abstractos”. Para um panorama geral e respectivas referências que dão conta da “pluralidade metodológica, temática e conceptual deste campo de pesquisa”, cf. Vala (2002, 463-464).

quentemente indiferentes às regras formais que presidiram à sua elaboração, designadamente no decurso da actividade científica que lhes deu origem³. Um conhecimento feito de noções vagas e imprecisas que não carecem nem de verificação lógica da sua coerência interna, nem de validação pelos acontecimentos externos. Ao contrário, elas servem para dar conta, para descrever, interpretar e explicar os acontecimentos, baseando-se aparentemente em teorias ou concepções “demonstradas”, muitas vezes invocando o prestígio da ciência ou de algum cientista ilustre.

A proposta teórica das representações sociais assenta na diversidade de exigências das regulações do funcionamento cognitivo, cabendo às regulações sociais um papel de “controlo, de validação e de manutenção da coerência” das operações cognitivas (Moscovici, 1976: 255), similar ao papel das regras lógicas no raciocínio formal. Mesmo indivíduos adultos que dominam as operações formais, em determinadas situações, utilizarão formas de raciocínio típicas de um pensamento pré-lógico, místico ou de uma inteligência concreta, que podem parecer ilógicos ou irracionais de um ponto de vista formal. Diferentes metassistemas de regulação das operações cognitivas podem coexistir num mesmo indivíduo, sendo um dos objectivos principais no estudo das representações sociais “la recherche d’une correspondance entre situation sociale et système cognitif” (Moscovici, 1976: 289).

Desde o início, esta foi uma das questões fulcrais na formulação da teoria das representações sociais. Daí a crítica recorrente que Mos-

3 “Au non-spécialiste est permis et même demandé ce qu’on défend aux spécialistes, à savoir associer des contenus intellectuels et des modes de réflexion disparates en un réseau continu de solutions aux problèmes rencontrés. Il ‘zappe’ (...) puisant selon ses intérêts successifs dans le stock d’informations disponibles, pratiquant les rapprochements les plus étonnants (...). Les représentations nous frappent par ces dissonances, télescopages, contradictions et autres courts-circuits intellectuels” (Moscovici, 1989, 16-17).

covici faz (cf., em especial, para além do trabalho inaugural de 1961, Moscovici, 1984, 1986, 1991, 1994) à aceitação da ideia de que há actividades cognitivas “ingénuas”, mera manutenção “preguiçosa” das velhas concepções sobre os homens naturais, selvagens, detentores de uma mentalidade primitiva (Moscovici e Hewstone, 1984: 546). Moscovici prefere adoptar uma outra concepção traduzida noutras distinções, nomeadamente a de Lévy-Bruhl entre mentalidade lógica e mentalidade pré-lógica.

A oposição que estabelece entre Frazer e Lévy-Bruhl ilustra particularmente bem o que aqui está em jogo:

Frazer affirme que le primitif se trompe dans les raisonnements qu'il fait en tirant des conclusions des informations qui lui parviennent de la réalité. Lévy-Bruhl soutient que les primitifs, comme les civilisés à la rigueur, raisonnent de la même façon. Mais ils partent de 'théories' différentes pour expliquer la réalité. (Moscovici, 1994: 214)

Nesse mesmo sentido vão as alternativas de diferentes designações propostas, como as de sábio amador *versus* cientista profissional ou pensamento formal, científico e filosófico *versus* pensamento natural, ou ainda, a quase objectivação que nos propõe nos exemplos opostos de Poirot, personagem de Agatha Christie, e de Bouvard e Pécuchet, personagens de Flaubert (2003; cf. Moscovici, 1986; Moscovici e Hewstone, 1984).

Ressalvando que não se trata de estabelecer uma nova dicotomia entre pensamento científico e pensamento não-científico, a oposição entre lógica formal e lógica natural, enquanto “duas lógicas diferentes e igualmente respeitáveis” (Grize, 1989: 162), mantém-se como uma distinção fundamental, no estudo das representações sociais, para dar conta da racionalidade de um pensamento que nem sempre cumpre as regras da lógica formal.

LUSO-TROPICALISMO COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Na medida em que procura elucidar os processos de apropriação pelo senso comum de conceitos abstractos que circulam na sociedade, a noção de representação social é um conceito útil ao estudo das ideias sobre o luso-tropicalismo e das formas pelas quais se foram disseminando na sociedade portuguesa.

Constitui até um caso excepcional para um estudo desse tipo, porque graças ao trabalho dos historiadores (cf., em especial, Alexandre, 1999, 2000; Castelo, 1998), conhecemos hoje o percurso dessas ideias desde a sua elaboração no domínio científico por Gilberto Freyre (cf., em particular, Freyre, 1933/s.d., 1952, 1954) e posteriores re-elaborações ideológicas até à sua disseminação no senso comum.

No essencial, o luso-tropicalismo refere-se à ideia de uma suposta aptidão especial dos portugueses para a miscigenação biológica e cultural com os povos dos trópicos que conduziria à criação de algo novo e específico: “sociedades multirraciais harmoniosamente integradas, berço de uma civilização com características próprias” (Alexandre, 1999, pp. 391-392). Vocação para a diáspora, ausência de preconceito, ecumenismo e bondade de costumes são alguns traços dessa excepcionalidade de carácter que sempre teria permitido uma convivialidade mestiça, benévola e pacífica com os povos colonizados. Um “modo de ser português” que é descrito assim por Jorge Dias (1960/1966: 210):

São em linhas gerais estes os principais traços da nossa vida em comum. Acreditamos que todos os grupos humanos são dotados de aptidões idênticas (...). Um certo relativismo cultural e bonomia, que nos caracterizam, permitem que as relações sejam sempre cordiais e que respeitamos os usos e costumes das diferentes sociedades (...). O convívio estabelece-se em geral entre indivíduos da mesma classe ou cultura, independentemente da sua raça.

Trata-se de uma concepção largamente difundida sobre os portugueses e de um argumento ou explicação frequentemente invocado a propósito das suas relações com outros povos. Dito de outro modo, trata-se de um assunto quase obrigatório, quer no estudo das relações entre portugueses e africanos, quer no estudo das representações da identidade nacional portuguesa.

Sendo um tema recorrente do nacionalismo português, mesmo após a independência das colónias e o processo de adesão europeia, a questão aparece com frequência como uma característica específica dos portugueses, uma marca da “personalidade portuguesa” ou do que outrora a psicologia social e a antropologia designavam por “carácter nacional”, senão mesmo como uma vocação de Portugal, da qual a própria posição geográfica do país parece constituir como que uma objectivação dessa especificidade. E a permanência destas ideias atravessa os diferentes quadrantes ideológicos e o espectro político e partidário, se bem que com diferentes manifestações. Como diz Alexandre (1999: 394), “desfeito o império, os temas luso-tropicalistas conhecem em Portugal uma fortuna singular – dando corpo a uma ideologia difusa, assente em algumas noções vagas, comumente aceites”.

Se quisermos estudar essa “ideologia difusa”, quando nos interrogamos sobre a permanência ou não de algumas destas ideias no senso comum, será fácil reconhecer que abordar a questão enquanto representações sociais sobre os portugueses constitui uma via de eleição para o seu estudo psicossocial (Valentim, 2005). Entre as diferentes abordagens possíveis nesse tipo de pesquisas, existe uma via mais descritiva que consiste em procurar averiguar se as descrições que portugueses e africanos fazem uns dos outros são compatíveis com uma dimensão luso-tropicalista ou até lusófona. É um estudo desse tipo que passo a apresentar de seguida, sublinhando o seu carácter claramente exploratório.

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS IMAGENS RECÍPROCAS DE PORTUGUESES E DE AFRICANOS

Foi pedido a estudantes da Universidade de Coimbra que descrevessem com, pelo menos, cinco adjectivos ou frases curtas os portugueses, os africanos que vivem em Portugal, os europeus e que se descrevessem também a si próprios. Participaram neste estudo 108 estudantes de seis faculdades da Universidade de Coimbra, dos quais 55 africanos (dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: 21,8% angolanos, 49,1% cabo-verdianos, 9,1% guineenses, 9,1% moçambicanos e 10,9% são-tomenses) e 53 portugueses⁴.

Uma vez recolhidos esses dados, foi feita uma análise de conteúdo do material até se obter uma redução a palavras simples: traços, adjectivos ou temas. Esta redução foi feita por um conjunto de cinco juízes e foram retidos os casos em que, pelo menos, três juízes se mostravam de acordo. Obtiveram-se 2060 termos diferentes.

Num segundo momento, três juízes procederam à reunião ou agrupamento, dentro de cada um dos oito dicionários (2 grupos de sujeitos x 4 alvos), das palavras com significados considerados semelhantes. No geral, este agrupamento foi feito de acordo com as regras clássicas deste tipo de análise de conteúdo (Rosenberg e Jones, 1972), que, de uma forma ou de outra, têm sido utilizadas em trabalhos no domínio das representações sociais com a técnica de associação livre (cf., em especial, Amâncio, 1989, 1994; Di Giacomo, 1980; Vala, 1981). A principal diferença consistiu, nalguns casos, na retenção de um “tema” (por ex., “complexados em relação aos europeus” e “identidade cultural”) em vez de um simples adjectivo para a desig-

4 Não existem diferenças significativas entre participantes portugueses e africanos quanto à sua distribuição por sexo, por faculdades e por ano de curso. Para uma apresentação detalhada da metodologia e das análises de dados realizadas, cf. Valentim (2003).

nação de categorias (estes temas encontram-se em itálico no Quadro 1 e no Quadro 2).

Limito-me aqui a uma análise de conteúdo simples do material obtido. Farei essa leitura baseando-me principalmente na análise do *vocabulário comum* aos dois grupos e do *vocabulário específico* de cada grupo em relação aos portugueses e aos africanos. Ou seja, em relação a cada um desses dois alvos, no primeiro caso, os termos que foram referidos pelos dois grupos de participantes; no segundo caso, as características enunciadas apenas por um dos grupos de participantes. Como diz Vala (1981), no seu estudo sobre a representação social da violência, “se o vocabulário comum corresponde ao substrato cultural subjacente aos diferentes grupos, o vocabulário original é um primeiro sinal da especificidade dos conteúdos da representação (...) em cada uma das sub-amostras” (p. 334). Vejamos então os resultados.

DIVERGÊNCIAS NO VOCABULÁRIO DOS DOIS GRUPOS

Para se poder fazer uma primeira apreciação global das diferenças e semelhanças nas significações dos dois grupos de participantes relativamente a cada um dos alvos, foi calculado, para cada alvo, um indicador de divergência entre os dicionários de portugueses e de africanos. Esse indicador obteve-se dividindo o somatório de termos do vocabulário específico dos dois grupos pelo número de termos do vocabulário comum. Quanto mais baixos os valores desse indicador, menor a divergência e valores superiores a 1 indicam que há mais termos específicos, ou originais, do que termos comuns no vocabulário dos dois grupos. Convém referir que se trata aqui de um índice de divergência em relação aos termos ou associações. Isto é, este indicador não informa sobre o acordo ou o consenso entre sujeitos, como, por exemplo, acontece nas medidas geralmente usadas no estudo dos estereótipos (Katz e Braly, 1933; cf., também, Amâncio, 1994; Lages, Policarpo, Marques, Matos e António, 2006).

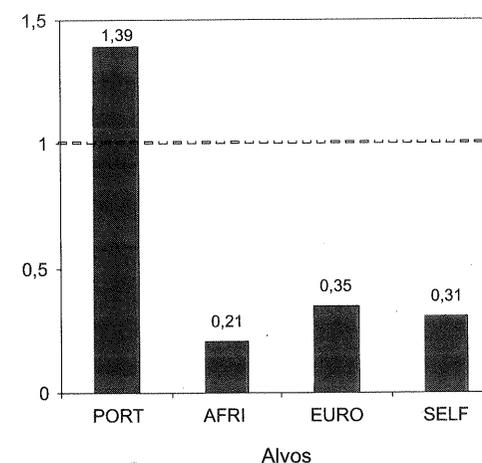


GRÁFICO 1 – Índices de divergência entre as associações de participantes portugueses e africanos para cada alvo

No Gráfico 1, podem ver-se os resultados deste indicador rudimentar. O dado mais saliente é a divergência em relação ao alvo “os portugueses”, sendo os dicionários dos dois grupos relativamente consensuais quanto aos restantes alvos. Trata-se mesmo do único alvo em que o número de características diferentes enunciadas por portugueses e africanos é superior ao número de características comuns. Este resultado é particularmente interessante, sobretudo, se tivermos em conta a consensualidade que existe nas descrições que portugueses e africanos fazem dos europeus.

Vejamos agora o conteúdo das descrições que os dois grupos de participantes fazem dos portugueses e dos africanos.

DESCRIÇÕES DOS ALVOS

Os portugueses

Tendo em conta as frequências, por grupo de participantes, das características associadas ao alvo “os portugueses”, é notório o elevado número de características claramente negativas enunciadas pelos participantes africanos. Não só “racistas” é a associação mais frequente, como as categorias com maior número de ocorrências têm uma conotação negativa, independentemente dos aspectos para que remetem (“racistas”, “fechados”, “cínicos”, “egoístas”, “frios” e “antipáticos”). Os traços positivos são raros e, com excepção de “simpáticos”, só aparecem com frequências relativamente reduzidas (“acolhedores”, “trabalhadores”, “amigos”) nas descrições que os africanos fazem dos portugueses.

Considerando o vocabulário comum e específico (Quadro 1), esta leitura mantém-se. O consenso nas associações que os dois grupos de participantes fazem verifica-se, sobretudo, em traços positivos – e, em especial, em traços ligados a aspectos relacionais (“acolhedores”, “amigos”, “simpáticos”, “solidários/bons”) –, enquanto as características específicas dos sujeitos africanos são, na esmagadora maioria, características negativas.

Nota-se ainda a existência de algumas oposições e divergências pontuais entre os dois grupos. Por exemplo, enquanto “alegres” e “emotivos” aparecem no vocabulário específico dos portugueses, “tristes” e “frios” surgem no vocabulário específico dos africanos; enquanto “complexados” é comum aos dois grupos, “complexados em relação aos europeus” é uma associação específica dos sujeitos africanos. Apesar dessas divergências, o vocabulário específico dos portugueses está longe de conter apenas termos positivos. Aí se incluem traços como “antiquados”, “desleixados”, “hedonistas”, “mal-educados” e “preguiçosos”.

QUADRO 1 – Vocabulário comum e específico de portugueses e de africanos para o alvo “os portugueses”

VOCABULÁRIO COMUM	VOCABULÁRIO ESPECÍFICO	
	Participantes portugueses 22,4%	Participantes africanos 72,1%
Acolhedores	Alegres	Alcoólicos/fumadores
Amigos	Antiquados	Antipáticos
Baixo autoconceito/complexados	<i>Comida</i>	Arrogantes
Egoístas	Desleixados	Cínicos
Simpáticos	Emotivos	<i>Complexo Euro(*)</i>
Solidários/bons	Hedonistas	Desconfiados
Trabalhadores	Inteligentes	Fechados
Tradicionalistas/conservadores	Mal-educados	Formais
	Patriotas	Frios
	Preguiçosos	<i>História</i>
	Saudosistas	Interesseiros
	Sociáveis	Maus
		Materialistas
		Racistas
		Receosos
		<i>Relação com africanos</i>
		Superficiais
		Tristes

(*) “Complexados em relação aos europeus”.

Mas um dos dados mais relevantes do Quadro 1 é a grande percentagem de vocabulário específico ou original dos africanos (72,1% que é, de longe, o valor mais elevado no conjunto dos quatro alvos). Ou seja, a divergência nestes dois dicionários (que, recorde-se, é a maior de todas) deve-se, sobretudo, às associações dos sujeitos africanos, sendo estas predominantemente negativas.

Os africanos que vivem em Portugal

Começando por considerar, também aqui, as frequências das associações por grupo de participantes, constata-se que as características atribuídas pelos participantes portugueses ao alvo “os africanos” não traduzem uma “negatividade” recíproca em relação às associações dos sujeitos africanos para o alvo “os portugueses”. Constata-se até uma preponderância de características positivas atribuídas pelos portugueses aos africanos (como “alegres”, “simpáticos”, “sociáveis”, “trabalhadores” e “amigos”). No entanto, o traço mais frequentemente referido é “fechados” (na acepção de “fechados no seu próprio grupo”), eventual razão para dificultar ou até impedir a aproximação e os contactos, segundo chegou a ser explicitamente afirmado por alguns participantes portugueses.

Considerando o vocabulário comum e específico (Quadro 2), nos dois dicionários, é notória a presença do tema da imigração (“desintegrados”, “desenraizados”, “saudade”, “multiculturalismo”, “identidade cultural”). No entanto, enquanto a referência a comportamentos anti-sociais é específica dos portugueses ou, pelo menos, aparece aí com uma outra *nuance* mais carregada (“marginais/delinquentes” poderá ser o equivalente de “conflituosos” no vocabulário dos africanos), a referência às condições sociais (em especial, “melhores condições de vida” e “pobres”) é específica dos sujeitos africanos. Também as referências específicas dos portugueses ao “multiculturalismo” e dos africanos à “identidade cultural”, poderão indicar que, sendo o tema da imigração comum aos dois grupos, pode, em determinados aspectos, fazer-se a partir de um ponto de vista diferente: a sociedade portuguesa, no caso dos sujeitos portugueses; a preservação da identidade, no caso dos africanos.

QUADRO 2 – Vocabulário comum e específico de portugueses e de africanos para o alvo “os africanos”

VOCABULÁRIO COMUM	VOCABULÁRIO ESPECÍFICO	
	Participantes portugueses 13,7%	Participantes africanos 20,9%
Alegres	Educados	Ambiciosos
Acolhedores	Fortes	<i>Condições vida melhor(*)</i>
Amigos	Ignorantes	Conflituosos
Desintegrados/desenraizados	Marginais/delinquentes	<i>Identidade cultural</i>
Discriminados	Meigos	Lutadores
Fechados/unidos	<i>Multiculturalismo</i>	Optimistas
Humildes		Pobres
Patriotas		Sinceros
Racistas		Tradicionalistas
<i>Saudade</i>		
Simpáticos		
Sociáveis		
Solidários		
Tímidos/introvertidos		
Trabalhadores		

(*) “Procuram melhores condições de vida”.

Por último, assinala-se que este é o alvo em relação ao qual, não só os dois dicionários são mais consensuais, como é aquele em que a percentagem de vocabulário específico dos sujeitos portugueses é mais baixa (13,7%).

CONCLUINDO

Os portugueses parecem aproximar-se do ponto de vista dos africanos quando descrevem os africanos, mas isso não é recíproco. Claramente, os africanos descrevem os portugueses de uma forma muito diferente da imagem que os portugueses dão de si próprios enquanto

grupo. E a maneira como o fazem está longe de ser lisonjeira e de ser compatível com uma dimensão luso-tropicalista ou lusófona nas representações dos portugueses.

No geral, uma leitura mais imediata destes resultados poderia conduzir à conclusão que as respostas dos portugueses se caracterizam pela ausência de preconceito em relação aos africanos. Ou, se quisermos, por uma tradução a este nível do luso-tropicalismo e da lusofonia dos portugueses.

Todavia, o simplismo dessa leitura defrontar-se-ia de imediato com dois obstáculos: as diferentes expressões do preconceito no quadro das actuais normas anti-racistas e a divergência entre portugueses e africanos quando se trata das representações acerca dos portugueses (que se deve, principalmente, às descrições feitas pelos africanos).

Quanto ao primeiro desses obstáculos, os estudos sobre o racismo têm sublinhado como, por via das normas sociais anti-racistas que circulam nas sociedades europeias contemporâneas, o preconceito para com grupos étnicos ou minoritários se expressa predominantemente através de manifestações subtis, nomeadamente pela negação de características positivas aos membros desses grupos em vez da atribuição de características negativas (cf., por ex., Vala, Brito e Lopes, 1999).

De facto, também no domínio do preconceito entre portugueses e africanos esse efeito das normas anti-racistas se verifica. Outro conjunto de resultados (Valentim, 2008) mostra como a expressão do preconceito dos portugueses em relação aos africanos se faz mais por via de uma menor atribuição nas características positivas (por ex., “trabalhadores”) que por via de uma maior atribuição nas características negativas (por ex., “preguiçosos”). Isto é, expressa-se mais pela forma “eles não são mais preguiçosos, mas são menos trabalhadores”. Pelo contrário, o preconceito dos africanos para com os por-

tugueses expressa-se pelas duas vias: por uma menor atribuição nas características positivas (“eles são menos sociáveis”) e por maiores atribuições nas características negativas (“eles são mais arrogantes”). Assim sendo, não é de estranhar que, quando se trata de responder ao pedido de descrever de forma aberta (e não em questionário com itens de “resposta fechada”) as características dos portugueses, as associações dos africanos traduzam uma imagem mais negativa dos portugueses que aquela que os portugueses dão dos africanos. Eventualmente, pode até ter acontecido que, numa “situação aberta”, frente a frente com o entrevistador, os efeitos dessas normas sociais conduzissem os participantes portugueses a emitirem discursos em que a não atribuição de características negativas aos africanos tenha dado lugar à atribuição de algumas características positivas e poderá estar aí a origem de parte do consenso nas significações dos dois grupos quanto ao alvo “os africanos”.

Quanto à grande divergência entre os dois grupos de participantes acerca da imagem dos portugueses, o que estes dados mostram, do lado dos africanos, não é a agradável atmosfera de convivalidade luso-tropicalista, nem sequer grandes resquícios de uma fraternidade lusófona. Bem pelo contrário. Em vez disso, parecem “dar-nos conta da existência de muito sofrimento enquistado” (Margarido, 2000: 26). Ora, como diz Eduardo Lourenço (2004), o apelo à lusofonia para fazer sentido e ter efeitos práticos deveria expressar-se não apenas pelos portugueses, mas principalmente pela voz dos outros povos lusófonos.

No entanto, tratando-se de representações sociais não é possível iludir a sua resistência a dados deste tipo que lhe retirariam força. Não sendo imutáveis, resistem bem à mudança e não se transformam facilmente mesmo quando confrontadas com a contradição face a constatações que a põem em causa. As características desta forma de pensamento social permitem-lhes conviver bem com isso. As repre-

sentações sociais dão menos conta «de la ‘vérité’ ou de l’‘erreur’ d’un système cognitif et moral que de sa pragmatique, de son ‘utilité’ pour un groupe déterminé (...) elles sont ancrées et non pas biaisées» (Moscovici, 1991: 72). Elas têm um carácter de evidência, de apreensão imediata (Doise, 1990: 149) e mostram-se impermeáveis à informação e à contradição pelo que não são fáceis de refutar.

Ou seja, dificilmente elas deixarão de moldar atitudes (Bastos, 1998: 415) e de continuar a circular na sociedade portuguesa sob a forma de “ideologia difusa” como lhe chama Alexandre (1999) e que aqui tratei como representação social. Não escamoteando o papel determinante das assimétricas relações de poder na arena internacional, essa ideologia difusa não deixaria também de constituir um potencial horizonte de possibilidades para a criação, a diferentes níveis, de espaços dessa natureza nas relações entre povos e entre pessoas, desde que assumindo a sua diversidade intrínseca, não “lusocêntrica”, abrindo as portas ao olhar e à voz de outras memórias colectivas e de outras representações sociais. O que tantas vezes tem sido recusado por um olhar português demasiado centrado nas confortáveis vantagens de um mito.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, V. (1999). “Luso-tropicalismo”, in A. Barreto e M. F. Mónica (Coords.), *Dicionário de História de Portugal, Vol 8*, Lisboa, Figueirinhas, pp. 391-394.
- ALEXANDRE, V. (2000). “O império e a ideia da raça (séculos XIX e XX)”, in J. Vala (Coord.), *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta, pp. 133-144.
- AMÂNCIO, L. (1989). *Factores Psicossociológicos da Discriminação da Mulher no Trabalho*. Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE.

- AMÂNCIO, L. (1994). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento.
- BASTOS, C. (1998). “Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre”, *Análise Social*, 33 (146-147), pp. 415-432.
- CASTELO, C. (1998). *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento.
- DIAS, J. (1960/1966). “Convívio entre pretos e brancos nas Províncias Ultramarinas Portuguesas”, in A. M. Santos, *A Mitificação da Cor*, Lisboa, LIAM, pp. 204-210.
- DI GIACOMO, J. P. (1980). “Intergroup alliances and rejections within a protest movement (analysis of social representations)”, *European Journal of Social Psychology*, 10, pp. 329-344.
- DOISE, W. (1990). “Les représentations sociales”, in R. Ghiglione, C. Bonnet, e J.-F. Richard (Eds.), *Traité de Psychologie Cognitive: Tome 3. Cognition, représentation, communication*, Paris, Dunod, pp. 111-174.
- FLAUBERT, G. (2003). *Bouvard e Pécuchet* (P. Tamen, trad.). Porto, Público, Col. Mil Folhas.
- FREYRE, G. (1933). *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d..
- FREYRE, G. (1952). *Em Torno de um Novo Conceito de Tropicalismo*. Palestra realizada na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, Coimbra, 24 Janeiro. Disponível em http://prossiga.bvvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos/imprensa/tese_lusotropical.htm
- FREYRE, G. (1954). *Um Brasileiro em Terras Portuguesas. Introdução a uma Possível Luso-Tropologia, Acompanhada de Conferências e Discursos Proferidos em Portugal e em Terras Lusitanas e Ex-Lusitanas da Ásia, África e do Atlântico*, Lisboa, Livros do Brasil.
- GRIZE, J.-B. (1989). “Logique naturelle et représentations sociales”, in D. Jodelet (dir.), *Les représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 152-168.

- KATZ, D., e Braly, K. W. (1933). "Racial stereotypes of one hundred college students", *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, pp. 280-290.
- LAGES, M., POLICARPO, V., MARQUES, J., MATOS, P., e ANTÓNIO, J. (2006). *Os Imigrantes e a População Portuguesa: Imagens Recíprocas*, Lisboa, ACIME.
- LOURENÇO, E. (2004). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva.
- MARGARIDO, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- MOSCOVICI, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* [2ª ed.], Paris, PUF.
- MOSCOVICI, S. (1984). "The phenomenon of social representations", in R. Farr e S. Moscovici (Eds.), *Social representations*, London, Academic Press, pp. 3-79.
- MOSCOVICI, S. (1986). "L'ère des représentations sociales", in W. Doise e A. Palmonari (dir.), *L'Étude des représentations sociales*, Lausanne, Délachaux et Niestlé, pp. 34-80.
- MOSCOVICI, S. (1988). "Notes towards a description of social representations", *European Journal of Social Psychology*, 18 (3), pp. 211-250.
- MOSCOVICI, S. (1989). Préface. In D. Jodelet, *Folies et Représentations Sociales*, Paris, PUF pp. 9-30.
- MOSCOVICI, S. (1991). "La fin des représentations sociales?", in V. Aebischer, J.-P. Deconchy, e E. M. Lipiansky (Eds.), *Idéologies et représentations sociales*, Fribourg, DelVal, pp. 65-84.
- MOSCOVICI, S. (1994). "La mentalité prélogique des primitifs et la mentalité prélogique des civilisés", in S. Moscovici (Dir.), *Psychologie sociale des relations à autrui*, Paris, Nathan, pp. 208-231.
- MOSCOVICI, S. (2001). "Why a theory of social representations?", in K. Deaux e G. Philogène (Eds.), *Representations of the social: Bridging theoretical traditions*, Oxford, Blackwell, pp. 8-35.
- MOSCOVICI, S., e HEWSTONE, M. (1984). "De la science au sens commun", in S. Moscovici (Dir.), *Psychologie sociale*, Paris, PUF, pp. 539-566.
- ROSENBERG, S., e JONES, R. (1972). "A method for investigating and representing a Person's Implicit theory of personality: Theodore Dreiser's view of people", *Journal of Personality and Social Psychology*, 22 (3), pp. 372-386.
- VALA, J. (1981). "Grupos sociais e representação social da violência", *Psicologia*, 2 (4), pp. 329-342.
- VALA, J. (2002). "Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano", in J. Vala e M. B. Monteiro (Coord.), *Psicologia Social* [5.ª ed.], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 457-502.
- VALA, J., Brito, R., e Lopes, D. (1999). *Expressões dos Racismos em Portugal – Perspectivas Psicossociológicas*, Lisboa, ICS.
- VALENTIM, J. P. (2003). *Identidade e Lusofonia nas Representações Sociais de Portugueses e de Africanos*. Tese de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- VALENTIM, J. P. (2005). "Luso-tropicalismo e lusofonia: perspectivas psicossociais", *Via Latina*, Série 6 (2), pp. 67-73.
- VALENTIM, J. P. (2008). *Post-colonialism, perceived conflicts and prejudice between Portuguese and Africans*, Comunicação apresentada na International Society of Political Psychology' 31st Annual Scientific Meeting, Paris, 9-12 Julho.

IMAGOTIPOS LITERÁRIOS: PROCESSOS DE (DES)CONFIGURAÇÃO NA IMAGOLOGIA LITERÁRIA

TÍTULO
IMAGOTIPOS LITERÁRIOS:
PROCESSOS DE (DES)CONFIGURAÇÃO NA IMAGOLOGIA LITERÁRIA

COPYRIGHT
Autores e Centro de Literatura Portuguesa

APOIO À REVISÃO E TRADUÇÃO
Graça Pereira Thomas

DESIGN DA CAPA
Olhar-te. Publicidade e Artes Gráficas, Lda.

PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Papelmunde SMG

DATA DE EDIÇÃO
Setembro de 2011

DEPÓSITO LEGAL
335004/11

ISBN
978-972-9126-25-3

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Centro de Literatura Portuguesa (<http://www.uc.pt/clp>)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A presente publicação insere-se nas actividades do Grupo de Investigação «Literatura sem Fronteiras» (coord. Prof. Doutor António Apolinário Lourenço) do Centro de Literatura Portuguesa, Unidade de I&D financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 (POCI 2010).